

SOBRE O PAPEL DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM DOCUMENTOS NORMATIVOS REFERENTES À FORMAÇÃO DE PROFESSORES E À EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA VISÃO POLÍTICO-EDUCACIONAL

ON THE ROLE OF LINGUISTIC VARIATION IN NORMATIVE DOCUMENTS REGARDING TEACHER TRAINING AND BASIC EDUCATION: A POLITICAL-EDUCATIONAL VISION

José Marcos Ernesto Santana de FRANÇA¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivos apresentar, analisar e discutir a legitimação da variação linguística por meio de documentos oficiais que regem o ensino de português no ensino básico e a formação docente em Letras como parte de políticas públicas e linguísticas promovidas pelo Estado. Tendo isso em vista, tomamos como *corpus* de análise as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras e quatro projetos pedagógicos de cursos de Letras-português de universidades públicas como documentos relativos à formação docente em Letras; e como documentos relacionados ao ensino de português no ensino básico, os PCN de Língua portuguesa, a BNCC e as matrizes de referência do ENEM e da *Prova Brasil*. Assim, sob os aportes teóricos da Sociolinguística (MONTEAGUDO, 2011; BAGNO, 2007) e nos estudos de Política Linguística (CALVET, 2007; CORREA, 2009; RAJAGOPALAN, 2013), procedemos nossas análises e constatamos que o tema da variação linguística, tanto na formação docente em Letras quanto nas orientações para o ensino de Língua portuguesa no ensino básico, é tema abordado e tratado como parte de uma política linguística que visa a uma pedagogia da variação linguística, embora, segundo os sociolinguistas, ainda apresente falhas na forma de praticá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Linguísticas. Variação Linguística. Ensino de Português. Formação Docente em Letras.

ABSTRACT: This article aims to present, analyze and discuss the legitimation of linguistic variation through official documents that govern the teaching of Portuguese in basic education and teacher training in Linguistic as part of public and linguistic policies promoted by the State. Bearing this in mind, we have taken as a corpus of analysis the Curricular Guidelines for the Courses of Linguistic and four pedagogical projects of courses of Linguistic-Portuguese from public universities as documents related to teacher education in Linguistic; and as documents related to the teaching of Portuguese in basic education, the Portuguese PCN, the BNCC and the reference matrices of ENEM and *Prova Brasil*. Thus, under the theoretical contributions of Sociolinguistics (MONTEAGUDO, 2011; RAJAGOPALAN, 2013) and in the studies of Linguistic Policy (CALVET, 2007; Correa, 2009), we carried out our analyzes and found that the theme of linguistic variation, both in teacher education in Letters as well as in the guidelines for the teaching of the Portuguese language in basic education, is a topic addressed and treated as part of a linguistic policy that aims at a pedagogy of linguistic variation, although, according to sociolinguists, it still presents flaws in the way of practicing it.

KEYWORDS: Linguistic Policies. Linguistic Variation. Teaching of Portuguese. Teacher Training in Linguistic.

1. Doutor em Linguística e pós-doutor na área de Linguística Aplicada; professor do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri (URCA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2328-9500>.

Considerações iniciais

Os temas da variação linguística e a sua configuração como conteúdo no ensino de língua portuguesa é parte das políticas linguísticas em discussão em um âmbito maior: as políticas públicas educacionais. Eles se mostram bastante profícuos e um campo promissor para uma discussão mais ampla e aprofundada, pois um veio se abriu: como a questão da variação linguística tem sido tratada pelas políticas linguísticas e como é abordada nos documentos oficiais que regem e orientam os cursos de formação docente em Letras e o ensino de língua portuguesa no ensino básico? Se há tal abordagem, ela estaria alinhada a uma pedagogia da variação linguística?

Neste trabalho, defendemos, em princípio, a tese de que a demanda e a pesquisa sociolinguística teriam influenciado de forma marcante os documentos oficiais que norteiam não só a formação docente nos cursos de Letras como também o ensino de língua portuguesa no ensino básico, pois eles são produtos de uma política pública, portanto, de governo. Como consequência dessa política, a edição desses documentos provocou o fortalecimento de uma reivindicação, principalmente dos sociolinguistas, da chamada “pedagogia da variação linguística”.

Acreditamos que a ideia de se propor uma pedagogia da variação linguística seja no sentido de se configurar uma tomada de conhecimento, por parte do aluno-falante, de que toda e qualquer língua é formada de variedades linguísticas. Assim, pois, elas devem ser reconhecidas como legítimas e abordadas sem preconceito da mesma forma que a dita norma padrão no processo de ensino-aprendizagem de português, compreendida aqui como a língua materna da maioria dos brasileiros.

Assim, por força dos documentos oficiais, e certamente por influência de uma proposta da pedagogia da variação linguística, o livro didático de língua portuguesa (LDLP) do ensino básico já traz o tema em tela como conteúdo de ensino-aprendizagem. Contudo, não basta o fenômeno da variação linguística estar no LDLP como conteúdo de ensino-aprendizagem. É preciso que haja um professor de português preparado teórica e metodologicamente para trabalhá-lo de forma satisfatória. Por isso, defendemos que o curso de Letras-Português licenciatura, isto é, o curso de formação de professores de português, deve proporcionar uma formação acadêmica na qual o futuro professor perceba e compreenda a língua como um fenômeno cultural e heterogêneo permeada por uma série de fatores linguísticos, históricos, sociais e de usos que podem provocar mudanças e vicissitudes linguísticas. Portanto, é necessário formar um professor que entenda e compreenda o fenômeno da variação linguística como parte inerente de toda e qualquer língua natural e não como uma anomalia a ser extirpada do vernáculo para não o macular. E em relação ao português não poderia ser diferente.

Em vista de nosso propósito, selecionamos para nossas análises e discussões os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN-LP), as matrizes de referência do ENEM e da Prova Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (DCCL) e quatro projetos pedagógicos de curso (PPC) de universidades públicas federais, que designamos por: PPC1, PPC2, PPC3, PPC4, para averiguarmos o lugar e o direcionamento dados ao fenômeno da variação linguística por esses documentos oficiais que regem e orientam a formação de professores de português e o ensino da disciplina e há um alinhamento com uma pedagogia da variação linguística.

E para proceder às nossas análises, nos aportamos teórica e conceitualmente na sociolinguística e nos estudos de política linguística, em autores como Calvet (2002, 2007), Monteagudo (2012), Bagno (2007), Faraco (2008, 2015), Correa (2009), Rajagopalan (2013) e outros.

Este texto está assim dividido: na primeira seção, definimos o que são políticas públicas e outros termos relacionados a ele e as ações para implementação dessas políticas; na segunda seção, discutimos sobre a sociolinguística, o fenômeno da variação linguística e a pedagogia da variação linguística no ensino de português; na terceira, analisamos e discutimos como o fenômeno da variação linguística é abordado e tratado nos documentos normativos oficiais tomados como *corpus*; e, por fim, nossas considerações finais.

1. Políticas públicas de ensino e políticas linguísticas: a implementação no ensino básico e na formação docente

Nesta seção, definimos e discutimos o que são políticas públicas, políticas públicas educacionais, política linguística e planejamento linguístico e as ações de Estado para implementação dessas políticas por meio de documentos normativos. Nesse sentido, defendemos aqui que a edição de documentos normativos como os PCN-LP (1998), as matrizes de referência do ENEM e da *Prova Brasil*, a BNCC (2018), as DCCL (2002) e os PPC são ações de políticas públicas de educação. No entanto, o que nos interessa nesses documentos oficiais, para os fins e pelo objeto de estudo deste trabalho, é o que está relacionado às políticas linguísticas de ensino de língua portuguesa e de formação docente em Letras.

1.1. O que são políticas públicas de ensino e políticas linguísticas?

As políticas públicas são ações governamentais, isto é, ações de Estado visando ao bem comum da sociedade civil, pelo menos em princípio. Segundo Souza (2003), política pública deve ser compreendida como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” assim como analisar essa ação e, quando

necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações para entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro. A referida autora diz ainda que o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

A política pública, por sua vez, é um campo holístico, por isso é uma área que abrange diversas unidades em totalidades organizadas. Embora seja um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo, inclusive, ser objeto de pesquisa de disciplinas como a filosofia, a psicologia, a sociologia, a economia, a antropologia etc. Portanto, as políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas (SOUZA, 2003).

De acordo com Oliveira (2010), a pesar de política pública ser coisa para o governo e a sociedade civil não ser responsável direto nem agente implementador de políticas públicas, no entanto, a sociedade civil, o povo, pode fazer política. Socialmente, a política desenha as formas de organização dos grupos, sejam eles econômicos, étnicos, de gênero, culturais, religiosos etc.

A organização social é fundamental para que decisões coletivas sejam favoráveis aos interesses do grupo. Os grupos de interesse, organizados socialmente, traçam estratégias políticas para pressionarem o governo a fim de que políticas públicas sejam tomadas em seu favor. Portanto, “sociedades e Estados complexos, no processo de definição de políticas públicas, estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma ‘autonomia relativa do Estado’” (SOUZA, 2003, p. 14). Em outros termos, apesar de as políticas públicas serem uma prerrogativa do Estado, ele não as faz sem que haja uma pressão da sociedade civil para que o governo as implemente, por isso se torna relativa a autonomia do Estado nesse sentido.

Dentre as políticas públicas, estão as políticas públicas educacionais. Tais políticas visam dirimir sobre ações relacionadas à educação escolar. Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação.

Segundo Oliveira (2010, p. 96), “políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares [, isto é,] [...] políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.” Assim, o autor conclui afirmando que políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem.

É preciso dizer que as políticas linguísticas fazem parte das políticas públicas e das políticas públicas educacionais. Por isso, faz-se também imperioso esclarecer que nosso interesse é nas políticas linguísticas voltadas para o ensino básico, mais especificamente no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa, e para o ensino supe-

rior, mais precisamente no que diz respeito à formação de professores de português. Portanto, vamos direcionar a nossa discussão para o foco central de nossa pesquisa e definir o que são política e planejamento linguísticos.

Rajagopalan (2013) esclarece que o campo da política linguística envolve muito mais que a militância, em razão disso, ela não se restringe “ao ativismo político em prol desta ou daquela causa envolvendo a questão linguística” (p. 19). Isso porque, segundo o autor, a política linguística é um ramo da política e o palco ideal para seu estudo é a ciência política, por isso ela pouco ou nada tem a ver com a Linguística. Esse esclarecimento feito por Rajagopalan é no sentido de deixar claro que a política linguística é uma questão de caráter político e não linguístico necessariamente a ponto de ser visto e tratado como um tópico da Linguística ou mesmo da Linguística Aplicada.

Diante disso, o autor assim se posiciona:

Se a política em seu sentido geral pode ser caracterizada como a arte de conduzir a governança ou a administração de assuntos públicos de um estado, a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores. (RAJAGOPALAN, 2013, p. 21)

Sendo assim, reafirma-se que política linguística é uma questão de política pública, portanto de Estado, por isso ela se caracteriza como uma ação intervencionista do Estado sobre a(s) língua(s) e isso implica um planejamento para a execução dessa ação.

Em relação aos termos “política linguística” e “planejamento linguístico”, Calvet (2002, p. 145) assim os define: “Chamaremos *política linguística* um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento linguístico* a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato.” O autor afirma ainda que política linguística e planejamento linguístico são inseparáveis (CALVET, 2007), ou seja, não pode estar a política linguística dissociada de sua aplicação, por isso a política necessariamente implica o planejamento, a ação, a execução.

Conforme Calvet (2007, p. 21), “[...] apenas o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas” porque “[...] na maior parte dos casos, as políticas linguísticas são iniciativa do Estado ou de uma entidade que disponha no seio do Estado de certa autonomia política [...]”. Afinal, cabe ao governo o controle do sistema escolar e das mídias (CALVET, 2007), por isso a melhor estratégia consiste em introduzir qualquer proposta de política linguística por meio da escola. Uma consequência clara dessa ação política (da política e do planejamento linguísticos, além dos documentos oficiais já mencionados) são os livros didáticos do ensino básico que são editados seguindo as orientações desses documentos.

A existência de tais documentos oficiais corrobora aquilo que Calvet (2002) afirma sobre a ação do Estado sobre as políticas linguísticas e o planejamento linguístico, posto que “[...] num campo tão importante quanto as relações entre língua e vida social [...]” (p. 45-6), é da competência do governo traçar políticas públicas educacionais que atendam aos anseios da sociedade civil nessa seara. Para esse autor, a política linguística consiste na intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas; em outros termos, na “[...] determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p. 11).

Correa (2009), com base em Calvet (2007), afirma que o problema para se adotar uma política linguística e traçar um planejamento, é que, primeiro, é preciso saber em que medida a organização linguística de uma sociedade responde às necessidades de comunicação dessa sociedade. Em vista disso, ações planejadas sobre a língua requerem a consideração da situação sociolinguística inicial e a condição que se deseja alcançar. Segundo a mesma autora, enquanto o trabalho se concentra na definição das diferenças entre a situação inicial e a almejada, as intervenções são da ordem das políticas linguísticas, ao passo que a discussão sobre como passar de uma condição para outra está no âmbito do planejamento linguístico.

A referida autora diz ainda que os instrumentos de planejamento linguístico aparecem, portanto, como a tentativa de adaptação e de utilização de fenômenos que sempre se manifestaram em práticas sociais. Em vista disso, ela ressalta que a política linguística vê-se, então, diante, ao mesmo tempo, dos problemas de coerência entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas que são frequentemente postas em prática pelo povo, bem como do problema de certo controle democrático.

De acordo com Correa (2009), do ponto de vista sociolinguístico, a instauração de um sistema de escrita, por exemplo, requer algumas considerações sobre como tratar a questão da pluralidade linguística, em detrimento da representação da língua única. Assim, ao compreender a linguagem como prática social, o uso efetivo da língua envolve fatos que são de ordem heterogênea, plural, de maneira que são eventos de diversidade cultural e linguística extremamente complexos. Nesse campo permeado pela complexidade, portanto, os fenômenos da variação estão associados a diferentes valores sociais e culturais, dentre outros fatores, conclui a autora.

1.2. Ações governamentais de políticas públicas: a implementação de normativas

Os currículos dos cursos de Letras-Português Licenciatura das Instituições de Ensino Superior (IES) passaram por um processo de reformulação por força de ações normativas, – o Parecer 492/2001 CNE/CES aprova as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letras e a Resolução 18/2002 CNE/CES as estabelece – por isso os PPC e, conseqüentemente, os currículos precisaram se adequar às novas Diretrizes. Tais

documentos são parte de uma política pública de intervenção do Estado sobre a formação docente em Letras.

Vale ressaltar que a construção de um novo currículo que atenda às Diretrizes é uma exigência do Ministério da Educação (MEC), ou seja, é uma exigência institucional, ou antes, de política governamental sobre a formação do futuro professor de língua portuguesa, como parte das políticas públicas de condução e controle não só das ações dos professores elaboradores dos PPC de cursos de Letras do país como também dos futuros professores.

Considerar projetos pedagógicos de cursos de Letras de diferentes IES como parte de uma política pública educacional, nos possibilita averiguar quais políticas de formação linguística se pretende para os futuros professores de português e como o tema da variação é abordado e tratado nesses documentos. Isso, a nosso ver, faz parte de um *planejamento linguístico* cuja edição das DCCL estaria cumprindo o “previsto” em uma política pública educacional voltada para a formação de futuros professores de português à medida que a construção de um PPC deve seguir as orientações das DCCL.

Já para o ensino básico, nos debruçamos sobre os PCN-LP, as matrizes de referência do ENEM e da Prova Brasil e a BNCC, tomados também como documentos oficiais que incorporam o tema em tela como elemento legítimo e constitutivo do processo de ensino-aprendizagem da língua materna.

Esta é a questão que vamos averiguar nas análises dos referidos documentos aqui elencados: o papel e o lugar dados à variação linguística no contexto da formação de professores de português e no ensino de língua materna. Nesse sentido, suspeitamos que a variação linguística seja um dos pontos nodais que entrelaçam esses documentos.

Enfim, o planejamento e a política linguísticos fazem parte de uma política educacional como parte específica de uma ação governamental de uma política pública. E a edição dos documentos oficiais citados é a comprovação dessa ação.

2. O fenômeno da variação linguística e o ensino de português: por uma pedagogia da variação linguística

Nesta seção, discutimos sobre o fenômeno da variação linguística e a relação da variação com o ensino de português, ou seja, uma “pedagogia da variação linguística” como propõe Faraco (2008, 2015).

A concepção de língua implicada no discurso da sociolinguística é o conjunto das variedades utilizadas por uma determinada comunidade, reconhecidas como heterônimos, isto é, formas diversas entre si, mas pertencentes à mesma língua. “[...] a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente **heterogênea**, *múltipla*, *variável*, *instável*, e está sempre em desconstrução e reconstrução. [...] é um processo, um fa-

zer-se permanente e nunca concluído” (BAGNO, 2007, p. 36 [grifos no original]). Ela é ainda “[...] uma **atividade social**, um *trabalho coletivo*, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita” (BAGNO, 2007, p. 36 [grifos no original]).

De acordo com Monteagudo (2011), entre as grandes contribuições da sociolinguística, no contraponto com a linguística estrutural, foi mostrar que “as línguas constituem sistemas abertos, heterogêneos e dinâmicos, mais bem definíveis como sistemas de sistemas (polissistemas) [...]” (p. 16), o que provocou o rompimento “com a tradicional visão das línguas como entidades discretas e homogêneas, estruturas estáticas e fechadas” (p. 16).

Outra grande contribuição, apontada por Monteagudo (2011), foi evidenciar que esses elementos constitutivos não são “um obstáculo para seu funcionamento na comunicação, pelo contrário, respondem ao caráter internamente diversificado, perpetuamente mutável e externamente interconectado das comunidades de falantes” (p. 16). Parte-se do princípio, portanto, de que toda e qualquer língua é formada por variedades linguísticas, ou seja, o que é constitutivo de uma língua é a variação linguística, é a heterogeneidade e não a sua homogeneidade (a norma padrão).

Segundo Monteagudo (2011), o fenômeno da variação manifesta-se na existência de *variáveis*, isto é, de unidades de qualquer plano do sistema gramatical, como o fônico, o morfológico, o sintático etc. que apresentem realizações diferentes. Cada uma das possibilidades de realizações representa uma *variante*. Por conseguinte, o autor define que “uma variante é um elemento linguístico que se encontra em concorrência com outro ou outros, representando cada um deles realizações alternativas de uma mesma unidade; o conjunto das variantes constitui tal unidade (a variável)” (MONTEAGUDO, 2011, p. 19). Com as variáveis sociolinguísticas se relaciona a noção de variedade, a qual se pode definir como “um (sub)sistema congruente de variantes, com uma distribuição análoga em determinado parâmetro” (*idem*).

Mollica (2004) afirma que os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística natural e legítima. Isto é, os estudos sociolinguísticos favorecem dois aspectos: a discussão da relativização da noção de “erro” em língua e traz à tona preconceitos linguísticos existentes (de forma camuflada) contra as variedades não padrão. Mas, na verdade, o preconceito se dá contra os falantes dessas variedades, pois se estabelece uma relação direta entre classe social do falante e os “erros de português” cometidos: quanto mais baixa a classe social a que pertença o falante mais “erros de português” serão cometidos porque ele estaria mais distante da variedade padrão. Segundo Bortoni-Ricardo (2006, p. 72), no entanto,

Todo falante nativo de português, independentemente de sua posição no contínuo de urbanização e independentemente também do grau de monitoração estilística na produção de uma tarefa comunicativa, produz sentenças bem formadas, que estão de acordo com as regras do sistema da língua que esse falante internalizou. Essas sentenças podem seguir as regras da chamada língua-padrão ou as regras das variedades rurais ou rurbanas. Em um ou outro caso, serão bem formadas.

Seguindo esse princípio de que qualquer falante nativo sabe produzir sentenças bem formadas, independentemente da variedade linguística que utilize, “Não se pode confundir, pois, o conceito de sentenças bem formadas, que provém da noção de competência, com a noção de ‘erro’ que as nossas gramáticas normativas defendem” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 72). Nesse sentido, chegamos à noção de *competência comunicativa*: é a competência que permite a um falante saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores em quaisquer circunstâncias, fazendo uso de normas de adequação definidas em sua cultura, independentemente da variedade linguística utilizada. Ora, com isso pretende-se propor uma outra perspectiva de abordagem sobre o fenômeno linguístico ao futuro professor de língua materna pelo viés da sociolinguística educacional. Para a sociolinguística não há erro de língua, mas pode ocorrer uma inadequação de uso de alguma variedade a depender do contexto social em que se use. Isso remete à noção de *competência comunicativa*, porque inclui “[...] não só as regras que presidem à formação das sentenças, mas também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 73).

O ensino de língua portuguesa tem passado por um processo de revisão teórica e metodológica em que se defende a prática de uma “pedagogia da variação linguística”, como propõem Faraco (2008, 2015) e outros. Uma consequência disso é a abordagem do fenômeno da variação linguística como elemento legítimo de ensino-aprendizagem tanto no ensino básico quanto nos cursos de Letras, no ensino superior, conforme revelam os documentos oficiais. Portanto, há uma preocupação oficial nos cursos de licenciatura em Letras em formar professores para o ensino básico com uma “consciência”, um preparo técnico-científico e pedagógico sobre o fenômeno da variação linguística, pois ele é parte inerente de toda e qualquer língua e, por isso, não pode ser vista ou discriminada como uma variedade inferior em relação àquela considerada de maior prestígio social, a norma padrão.

Faraco (2008) propõe que os professores desenvolvam uma pedagogia da variação linguística ao reconhecer que não existe erro nos usos que os falantes fazem de sua língua materna, por isso se faz necessário desconstruir modos de pensar equivocados, principalmente na abordagem de ensino da linguagem. Nesse sentido, a sociolinguística educacional e a pedagogia da variação linguística são de suma importância nesse processo. De acordo com Faraco (2015, p. 20),

Sobre variação linguística e ensino, não podemos mais nos contentar com generalidades. Dispomos já, como produto de décadas de reflexões e debates, de uma formulação geral com diretrizes que incorporam o estudo da variação linguística entre os temas do ensino de português e situam o trabalho com a expressão culta no interior do quadro mais amplo da variação linguística que caracteriza a nossa sociedade.

A sociolinguística, não por acaso, se inseriu no ensino de línguas como um contraponto ao ensino tradicional, qual seja, um ensino normativo-gramatical de caráter preconceituoso contra as variedades linguísticas consideradas não padrão, o que implicava um preconceito linguístico contra os usuários dessas variedades. De acordo com Martins, Vieira e Tavares (2014, p. 10), do conhecimento provido pelos pressupostos da sociolinguística variacionista, pelo menos, três contribuições significativas para o ensino de língua podem ser destacadas:

- I) definição apurada de conceitos básicos para o tratamento adequado dos fenômenos variáveis;
- II) reconhecimento da pluralidade de normas brasileiras, complexo tecido de variedades em convivência; e
- III) estabelecimento de diversas semelhanças entre o que se convencionou chamar “norma culta” e “norma popular”, não obstante os estereótipos linguísticos [...] facilmente identificados pela maioria dos falantes.

Obviamente que o que os autores elencam, pode ser perfeitamente atribuído e aplicado à abordagem de língua portuguesa. Isso, certamente, contribuiu para que os estudos sociolinguísticos se imiscuissem nos documentos normativos oficiais que regem o ensino de língua materna no país. Como consequência dessas políticas públicas, pretende-se que haja um processo de “conscientização” de que as variedades linguísticas devem ser abordadas e tratadas sem preconceito da mesma forma que a norma padrão por seus usuários.

Nesse sentido, Faraco (2008) propõe a construção de uma pedagogia da variação linguística

[...] que não escamoteie a realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngue e dê destaque crítico à variação social do português; não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/*standard* no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação (p. 182).

Assim, como uma intervenção de Estado sobre o ensino de língua materna (como iniciativa de políticas públicas educacionais), se instituiu que a variação linguística e o seu reconhecimento como parte integrante de toda e qualquer língua deve ser matéria

de ensino nas aulas de língua portuguesa, portanto implica dizer que deve ser matéria de domínio de professores já em serviço e em processo de formação, e isso consolidaria uma proposta de pedagogia da variação linguística nos moldes propostos por Faraco.

Portanto, como ressaltam Martins, Vieira e Tavares (2014, p. 12-13), cabe ao professor

[...] conhecer o perfil das variantes com que lida diariamente nas produções de seus alunos, avaliar sua natureza e orientar os estudantes na busca da adequação dos textos que produzem em relação ao gênero e à situação interacional em que se encontram e no reconhecimento das variantes pouco familiares nos textos que leem e interpretam na sala de aula.

Mas para que o professor tenha esse domínio de conhecimento pretendido, almejado como o ideal, faz-se necessário, pois, que ele tenha uma formação acadêmica que lhe dê essa base e a segurança para assim proceder na sua prática pedagógica.

3. A legitimação da variação linguística pelos documentos normativos oficiais

3.1. Na formação docente em Letras

Nesta subseção, o foco de abordagem e análises são as DCCL e os PPC, documentos normativos oficiais que regem a formação docente em Letras.

3.1.1. A variação linguística nas DCCL

É pertinente anotar o objetivo traçado para o curso de Letras contido no texto das DCCL quando elas tratam do item “Perfil dos Formandos”:

- 1) O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as *linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito*, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro (DCCL, 2001, p. 30 [grifo nosso]).

O profissional de Letras, segundo as DCCL, não pode se furtar de (re)conhecer as várias linguagens existentes bem como saber lidar com elas, contudo, é a linguagem verbal, nas modalidades oral e escrita, que deve ser o seu principal foco. Ao tratar do oral e do escrito, o texto oficial já aponta para um aspecto “inovador” dentro da política linguística de ensino de língua materna que é tratar o uso oral e o escrito da língua como duas realidades da mesma língua, e que uma não se sobrepõe sobre a outra.

Vemos que, no citado objetivo, busca-se uma formação “intercultural”, “crítica” e “consciente” do profissional de modo a refletir em seu papel na sociedade. Está contido nesse discurso que tipo de profissional se quer formar e colocar no mercado

de trabalho. Com isso já se delinea o perfil do professor de **língua portuguesa** que se pretende: que ele seja capaz de lidar com “as linguagens”, o que requer uma compreensão de uma nova dimensão de ensino de português que se pauta numa concepção de linguagem verbal como interação, nas modalidades oral e escrita, e no uso das várias linguagens existentes no contexto social.

No texto das DCCL consta, ainda, no referido item, a seguinte passagem que aborda de maneira clara e direta que:

- 2) Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de *ter consciência das variedades linguísticas e culturais* (DCCL, 2001, p. 30-31[grifos nossos]).

É notório como as variedades linguísticas como conteúdo legítimo do ensino-aprendizagem de língua materna entram no discurso oficial que rege a constituição dos cursos de Letras no País como elemento de domínio obrigatório (expresso subjacentemente na locução verbal “deve ter”) do “profissional em Letras”, ou seja, o professor de português (mas não só ele, já que o termo “profissional em Letras” abrange todo aquele com formação em Letras, independente da habilitação) deve “ter consciência das variedades linguísticas” como elemento constitutivo da língua.

Enfim, de acordo com as DCCL, o tema da variação linguística deve ser um assunto constante da formação do professor de português.

3.1.2. A variação linguística e a formação de futuros professores nos PPC

Um curso de licenciatura tem como princípio, como quaisquer outros cursos superiores dessa modalidade, formar professores para o exercício do magistério, em princípio para atender a demanda do ensino básico. Assim, analisamos quatro projetos pedagógicos de cursos de Letras-português licenciatura de IES federais: PPC1, PPC2, PPC3, PPC4 com o propósito de averiguar como a temática da variação linguística é abordada e tratada nesses documentos.

A proposta do PPC1 é formar profissionais competentes que atendam às novas diretrizes para o ensino de língua portuguesa no ensino básico, conforme as orientações definidas nos textos das DCNEM, dos PCNEM e da BNCC. Essa ideia é destrinchada nos objetivos específicos do PPC1, que melhor detalham: “b) habilitar professores de língua portuguesa para os níveis fundamental e médio, conscientes de seus deveres e responsabilidades sociopolíticas e culturais” (PPC1, p. 1). Da mesma forma, tem-se a mesma visão neste outro PPC: “O Curso de Licenciatura Plena em Letras, através de seu Projeto Político-Pedagógico, tem como objetivo geral e precípua promover a formação de professores para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, cujas práticas

estejam sintonizadas com as necessidades da sociedade” (PPC2, p. 9). Percebemos que a formação de professores de português é sempre pensada em relação às demandas do ensino básico e às “necessidades da sociedade”.

No texto do PPC2, tem-se a seguinte redação: “domínio de diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades linguísticas existentes, bem como nos vários níveis e registros de linguagem” (PPC2, p. 10 [grifos nossos]). Da mesma forma, verificamos que o PPC3 também deixa explícito que é um pré-requisito ao egresso do curso “o domínio do uso da língua portuguesa em sua variedade padrão, bem como *compreensão crítica das variedades linguísticas, nas suas manifestações oral e escrita*, nas perspectivas sincrônica e diacrônica” (PPC3, p. 7 [grifos nossos]).

Vemos o imbricamento desse mesmo discurso e sua reprodução também nos seguintes trechos do PPC2: “ler, analisar e produzir textos em diferentes linguagens, em diferentes variedades da língua e em diferentes contextos” (p. 9); “ter consciência das variedades linguísticas e culturais” (p. 10). Essas duas passagens bem ilustram que é no texto do documento oficial (as DCCL) que se baseiam os PPC. Na verdade, chega-se a reproduzir na íntegra, como é o caso de segundo item, assim como ocorre no PPC1, os itens do texto das DCCL, demonstrando que estes agem como um intertexto na constituição desses documentos. O tema das variedades linguísticas é recorrente nos referidos PPC.

É possível percebermos também no texto do PPC3, a seguir, as habilidades que o egresso do curso de Letras deve dominar, além de língua como variação e em uso numa perspectiva discursiva: “a compreensão crítica das condições de uso da linguagem, das restrições internas e externas das atividades discursivas, de seu *uso e adequação em diferentes situações de comunicação* [...]” (p. 7). Ao se referir ao “uso e adequação em diferentes situações de comunicação”, está-se referindo às variações estilísticas ou de registros e as condições de uso que podem influenciar/interferir nesse uso, provocando variações. É nesse sentido de “conscientizar” e “sensibilizar” professores e alunos de que a variação linguística também envolve os contextos de usos da linguagem (*uso e adequação em diferentes situações de comunicação*) que a proposta de uma pedagogia da variação linguística de Faraco (2008) se coloca.

Vejamos esta outra passagem do PPC3: “o domínio do uso da língua portuguesa em sua variedade padrão, bem como *compreensão crítica das variedades linguísticas, nas suas manifestações oral e escrita, nas perspectivas sincrônica e diacrônica*” (p. 7). Aqui, também, defende-se que o aluno deve ter e dominar uma compreensão de língua que está muito além do simples domínio de regras da gramática normativa, mas que esta não pode ser preterida, pelo contrário, deve-se ter pleno domínio da “variedade padrão”. Isso significa que o egresso deve ter um conhecimento em consonância com os aportes teóricos da ciência Linguística, pois aqui ressoa uma concepção de língua heterogênea e viva ao se enfatizar o “uso” e não a “estrutura”, ou seja, a língua como interação, portanto passível de variação.

É preciso anotar que o ensino normativo-gramatical não é negado, pois “o domínio do uso da língua portuguesa em sua variedade padrão” é uma prerrogativa que não pode ser descartada. Há um diálogo desse texto, em relação polêmica de confronto, com o que afirma a sociolinguística, ao valorizar as variedades linguísticas e defender um ensino de língua portuguesa de forma ampla e irrestrita dessas variedades sem preconceito.

Fica anotado também que o uso da língua/linguagem não se dá de qualquer forma, sem uma regularização, pois existem “[...] condições de uso da linguagem, das restrições internas e externas das atividades discursivas, de seu uso e adequação em diferentes situações de comunicação” que devem ser observadas. A regularização do uso da variedade padrão cabe justamente à gramática normativa, mas as variedades linguísticas não padrão são tão legítimas quanto a padrão, por isso elas devem ser compreendidas criticamente, pois linguisticamente (cientificamente) elas têm o mesmo valor.

Isso remete a uma concepção de língua como uma atividade social, histórica e cognitiva, desenvolvida de acordo com as práticas socioculturais e, como tal, obedece a convenções de uso fundadas em normas socialmente instituídas (“[...] a linguagem como um fenômeno semiológico, psicológico, social, político e histórico” [PPC3, p. 7]). Por isso, o foco está sobre o uso, sobre a linguagem; portanto, a língua em uso em suas modalidades oral e escrita. É perceptível em tais sequências discursivas um diálogo com interdiscursos provenientes da sociolinguística (“compreensão crítica das variedades lingüísticas”, “condições de uso da linguagem, das restrições internas e externas das atividades discursivas, de seu uso e adequação em diferentes situações de comunicação”). Essa abordagem do fenômeno linguístico numa perspectiva de uso, em funcionamento, estaria no campo discursivo tanto da corrente funcionalista da linguística quanto da sociolinguística.

Na passagem a seguir, o texto faz uma referência à “capacidade de operar, *sem preconceitos*, com a *pluralidade de expressão lingüística e literária*” (PPC4, p. 12 [grifo nosso]), ou seja, o egresso do curso de Letras, professor de português, não deve tratar a “pluralidade de expressão linguística” com preconceito, ou encará-la como uma anomalia da língua vernácula, pelo contrário, ele deve ser capaz de fazer “descrição e [dar] explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de *variedades da língua* em estudo” (PPC4, p. 15 [grifo nosso]).

Como uma paráfrase desse trecho do PPC4, encontramos no PPC1 a seguinte passagem: “descrever e justificar as peculiaridades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas do português brasileiro, [...] destacando as *variações regionais e socioletais*, bem como as especificidades da norma padrão” (p. 2 [grifo nosso]). A diferença é que no texto do PPC1 faz-se uma clara referência ao “português brasileiro”, delimitando o espaço de atuação, e às “*variações regionais e socioletais*”, o que remete à compreensão dos tipos de variação linguística e aos fatores diversos que as condicionam.

Em suma, todos os PPC abordam a variação linguística como parte integrante da formação dos futuros professores que atenderão, em princípio, ao ensino básico.

3.2. A variação linguística no ensino básico

Aqui o foco de abordagem é nos documentos oficiais destinados ao ensino básico.

3.2.1. PCN-LP, Prova Brasil, ENEM e BNCC

Como parte das políticas linguísticas oficiais para o ensino de língua materna, os PCN-LP (1998) foram constituídos com uma proposta de que

- 1) A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades (BRASIL, 1998, p. 29).

Ou seja, deve-se reconhecer que ao lado da variedade de prestígio existem outras variedades que também são constitutivas da mesma língua, portanto, devem gozar de uma abordagem sem preconceito linguístico. Nos PCNEM+, encontramos uma clara referência à importância dos estudos da sociolinguística para se desfazer preconceitos linguísticos enraizados no ensino de língua materna: “o conhecimento de alguns conceitos de sociolinguística é essencial para que nossos alunos não criem ou alimentem preconceitos em relação aos falares diversos que compõem o espectro do português utilizado no Brasil” (BRASIL, 2002, p. 27).

Essa mesma postura também se encontra nas diretrizes da *Prova Brasil*, no tópico VI, que trata da “variação linguística”, cujo descritor (D13) “[...] avalia a habilidade do aluno de perceber as marcas linguísticas identificadoras do locutor e do interlocutor, assim como situações de interlocução do texto e as possíveis *variações* da fala” (BRASIL, 2011, p. 101[grifo nosso]). O discurso das diretrizes da Prova Brasil, portanto, está alinhado ao dos PCN-LP (em princípio não poderia ser diferente) em que ambos reconhecem a existência das “variedades”/“variações” que constituem “uma unidade”: a língua portuguesa.

Nessa mesma linha, encontramos na “Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”, documento que rege o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), na competência de área 8, o seguinte texto: “Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade”. Dentro dessa proposta, o texto segue apontando as habilidades (esperadas) que devem ser dominadas pelos estudantes/candidatos:

- 2) – identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro;
 - relacionar as *variedades linguísticas* a situações específicas de uso social; [grifo nosso]
 - reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação.

O texto da Matriz de Referência do ENEM reconhece e confirma o reconhecimento de uma diversidade de fatores que interferem nos usos linguísticos (como o regional, o social e o de registro) e que devem ser levados em conta para compreender o porquê da existência das variações linguísticas e o porquê de os falantes de uma mesma comunidade linguística falarem distintamente. Portanto, não se trata de determinar o certo ou errado na língua, mas de tratar com as diferenças linguísticas existentes nessa língua, as variedades linguísticas, como uma realidade inerente a toda e qualquer língua. O documento oficial reconhece que há “situações específicas de uso social” e que mesmo a norma padrão também tem os seus usos em “diferentes situações de comunicação”, o que remete às variações estilísticas ou de registros.

Reafirmando a sua política pública de intervenção (uma prática de controle do Estado) sobre a Educação, o MEC propõe a BNCC (2018). A BNCC também faz uma referência clara à variação linguística e ao seu ensino, como ocorre nos PCN e nas matrizes de referência para a Prova Brasil e para o ENEM, corroborando e ratificando, como política pública de Estado, já adotada nos documentos antecessores.

O tema da variação linguística aparece na discussão do “eixo escrita”, entre os objetivos de língua portuguesa: “desenvolvimento de estratégias de planejamento, reescrita, revisão e avaliação dos textos, considerando-se a sua adequação às *variedades linguísticas*” (BNCC, 2018, p. 40). Aparece também na discussão do “eixo análise linguística”, tratando “[...] a língua como um polissistema que agrega *múltiplas variedades* [...]” (BNCC, 2018, p. 41). A “oralidade” também é um dos eixos de ensino de língua portuguesa, enfatizando-se a relação *fala x escrita*, em todos os aspectos discursivos. Como podemos perceber, o texto da BNCC está eivado também de termos do campo semântico da sociolinguística, o que implica na adoção do discurso dessa área da ciência da linguagem como uma das bases de fundamentação teórica para a construção do referido documento. E aqui se reafirma (o que já constava nos PCN-LP e nos demais documentos) a variação linguística na base de ensino de língua materna.

De acordo com o texto da BNCC (2018), as variedades linguísticas devem ser abordadas na relação com o contexto de uso e com as identidades sociais, sem distinção ou preconceito linguístico. A ideia de variedades linguísticas aqui não se restringe à dicotomia *padrão x não padrão*, mas sim à adequação de uso ao contexto. Conforme a BNCC (2018, p. 41), “[...] os aspectos linguísticos abordados em atividades de leitura, escrita e oralidade podem ampliar os conhecimentos dos/as estudantes em relação a variedades que eles/as não dominam ainda, sem desqualificar as variedades de origem.”

O tema da variação linguística volta a ser citado quando a BNCC trata dos “objetivos gerais do componente de Língua Portuguesa na Educação Básica”:

- 3) refletir sobre a variação linguística, reconhecendo relações de poder na sociedade, combatendo as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem, sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como reconhecer e utilizar estratégias de marcação do nível de formalidade dos textos em suas produções (BNCC, 2018, p. 43).

Como podemos perceber, o tema da variação linguística e a defesa de seu ensino na educação básica estão nos objetivos que norteiam o ensino de língua portuguesa como língua materna. Portanto, a variação linguística não está necessariamente relacionada às variedades não padrão, mas ela também se aplica às variedades de prestígio, ou normas cultas, que não representam precisamente a norma padrão.

Em síntese, o tema da variação linguística é uma realidade nos documentos oficiais que norteiam a formação do professor de português no ensino superior e nos que orientam o ensino de português no ensino básico.

Considerações finais

Dada a necessidade premente de uma educação linguística mais condizente com o momento histórico-ideológico, a implantação dos documentos normativos oficiais que regem a formação de professores de português e orientam o ensino de língua materna, se configuram como uma ação (planejamento) das políticas públicas de intervenção do Estado no sistema de ensino. Trata-se, pois, de uma política linguística que abarcou a variação linguística e o seu ensino como legítimos no processo.

Em vista do exposto, os documentos oficiais pretendem estar em consonância com a proposta de Faraco (2008), a qual defende uma pedagogia que “conscientize” e sensibilize as crianças e os jovens para a variação linguística, de tal modo que possa combater os estigmas linguísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença linguística.

Podemos afirmar, então, que em todos os documentos oficiais aqui analisados, a variação linguística é um ponto nodal que os liga como o elemento “novo” porque na perspectiva normativo-gramatical, o assunto era marginalizado e impensável de ser abordado como objeto de ensino-aprendizagem. O tema em foco, é fato, está consolidado pelos documentos normativos oficiais que regem os cursos de formação em licenciatura em Letras e o ensino de língua portuguesa no ensino básico do país.

É fato, pois, que as políticas linguísticas abarcaram a temática da legitimidade e do reconhecimento da variação linguística por meio da edição dos documentos oficiais normativos e orientadores da formação docente em Letras e do ensino de português.



Em suma, as políticas linguísticas relacionadas à língua materna, por meio da edição desses documentos normativos, deram legitimidade à variação linguística. E essas políticas são parte de uma política pública educacional.

Referências

- BAGNO, M. Por que tratar da variação linguística?. In: _____. *Nada na vida é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 27-57.
- BORTONI-RICARDO, S. M. Competência comunicativa. In: *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 71-78.
- BRASIL. Diretrizes curriculares para os cursos de letras. Parecer N.º: CNE/CES 492/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acessado em: 22 out. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>. Acessado em: 22 out. 2011.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CALVET, L.-J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CORREA, D. A. Política linguística e ensino de língua. *Calidoscópico*. Vol. 7, n. 1, jan/abr 2009. p. 72-78
- FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 19-30.
- _____. Por uma pedagogia da variação linguística. In: _____. *Norma culta brasileira: desatando nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 165-184.
- MARTINS, A. M.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. Contribuições da sociolinguística brasileira para o ensino de português. In: MARTINS, A. M.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (orgs.). *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 115-131.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 9-14
- MONTEAGUDO, H. Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 15-48
- OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (orgs.). *Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Goiás: Editora da PUC, 2010. p. 93-99.
- RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal?. In: NICOLAIDES, C. et. al. (orgs.). *Políticas e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.
- SOUZA, Celina Maria de. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*. Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2789>. Acessado em: 24 abr. 2020.